

Concessão em Ubá

TRIBUNAL SUSPENDE LICITAÇÃO IRREGULAR QUE PRIVATIZA O SANEAMENTO EM UBÁ

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, suspendeu pela segunda vez licitação irregular promovido pelo prefeito de Ubá, Edvaldo Baião, que pretende entregar os serviços de saneamento no município para a iniciativa privada.

Apenas uma empresa, Águas do Brasil (Cowan e Carioca Engenharia) entregou proposta no processo licitatório em 30 de março, diante de condições no edital, que dificultavam a participação de outras empresas. Esta é a mesma empresa que está envolvida na Lava Jato.

Página 4



GOLPE NÃO!

Página 2

Sindicato negocia com a Copasa extensão dos 2% da remuneração variável

Nas negociações coletivas do último ano foi negociada com a empresa a manutenção do pagamento dos 2% restantes da GDI até a definição de um novo modelo de aferição pela margem Ebitda. Os problemas derivados da crise hídrica no segundo semestre e questões financeiras da

empresa mantiveram a margem Ebitda da empresa ficar aquém do necessário.

O Sindicato procurou prontamente a empresa para impedir que os trabalhadores fossem impactados com prejuízo dos 2% aplicados nos salários. Propusemos e foi aprovado pela direção da empresa a manutenção

da margem mínima de 2% até setembro deste ano, passando a aferição de nova situação somente após o trimestre de outubro a dezembro deste ano, tempo suficiente, onde o reajuste de 10,18% a partir de maio, aprovado pela Arsae, poderá melhorar significativamente a margem Ebitda.

Golpe para cassar a decisão das urnas

O País assiste atônito o que tantos gostariam ver transformado numa guerra civil. Desde que foi eleita em seu segundo mandato, Dilma Rousseff vem sendo massacrada por uma campanha nos grandes meios de comunicação de massa para apeá-la da presidência da República.

Tentam imputar os rescaldos de investigações do justiceiro juiz federal Sérgio Moro, criando um clima de deterioração de imagem da presidenta como se estivesse envolvida em todos os casos de corrupção levantados pela Polícia Federal.

As manifestações contra a governabilidade acompanham o novo mandato como se estivéssemos ainda num terceiro turno eleitoral, sabotando todas as iniciativas do Governo dentro do Congresso Nacional, investindo numa crise sem precedentes como um mecanismo para imputar apenas à presidência da República a tragédia institucional e econômica que se abate sobre o País.

Assistimos peneiras na mínima manifestação televisiva da presidenta, com cobertura sensacionalista da mídia, filmando prédios em cada canto do País batendo panelas no horário nobre, como num mantra para azedar

ainda mais um ambiente de dificuldades enfrentado por todos.

A corrupção, como sabemos bem, não saiu do berço desde governo e nem está em sua adolescência. Os corruptos são reconhecidos de longa data, milhares de processos e denúncias já encheram páginas de jornais ou vídeos nas TVs, mas o interesse do momento é escolher, pinçar, tudo que possa atingir em cheio o Governo da presidenta Dilma Rousseff.

Recentemente, causou mal estar no País a publicação do livro "Privataria Tucana", que mostrou cruamente como empresas estatais apresentadas ao capital privado numa iniciativa entreguista e criminosa.

Apontando nesta direção temos aí divulgado na imprensa o programa de governo do PMDB, denominado "Ponte para o Futuro", onde propõe, entre outras coisas, a flexibilização dos direitos trabalhistas, prejudicando conquistas como 13º salário, FGTS, férias, aviso prévio e outros, começando nas costas dos trabalhadores o sacrifício pela "recuperação econômica".

Não falta quem financie tanta gente que não conheceu o sofrimento, a tortura, os assassinatos cometidos na



José Maria dos Santos
Presidente SINDÁGUA

ditadura militar, mas que carrega cartazes requisitando a volta dos tanques brucutus nas ruas e do uniforme verde oliva invadindo casas, prendendo políticos, lideranças sindicais e comunitárias, pendurando-os no pau de arara.

Não compactuamos com nenhum corrupto e entendemos que todos devem ser exemplarmente identificados e punidos no rigor da lei. Mas não podemos tolerar que esta lei sirva apenas ao interesse dos poderosos, alijados do poder pelo voto da maioria dos brasileiros, e que não aceitam as regras de uma democracia para engendrar nova tentativa de golpe que mancha a nossa história.



EM 1º DE MAIO TEMOS O INPC GARANTIDO

Acordo Coletivo 2015/2017 garante correção automática dos salários e benefícios

Como todos devem se lembrar, em 2015 aprovamos um Acordo Coletivo de Trabalho de dois anos. Também como aconteceu no ano passado, neste ano teremos o repasse integral da inflação acumulada pelo INPC aos salários, que deve ficar próximo dos 10%.

Garantimos também no Acordo do ano passado a elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários, cujos estudos já estão em andamento, com o sindicato para resolver os grandes e graves problemas, como a política de porte, as progressões salariais por mérito e antiguidade, o acerto da tabela salarial e os critérios objetivos de avaliação e crescimento.



Instituto previdenciário de parlamentares cobra indenização pesada da Libertas

Copasa afirma que cobranças de indenização na gestão da antiga Fundasemg não podem ser jogadas nas costas dos trabalhadores

Uma antiga pendência judicial do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) com a antiga “Fundasemg” (hoje Libertas) voltou a trazer preocupação aos participantes do plano “BD”, hoje RP1, com a cobrança de uma dívida milionária de ações fraudulentas praticadas a época. A ação do IPC contra a Libertas vem desde a década de 80, originada em gestão irregular da antiga Fundasemg, que veio posteriormente fundir com outras patrocinadoras na Previminas, hoje Libertas”.

Lembramos que à época os participantes da Fundação de Seguridade Social (Fundasemg) não tinham qualquer controle da sua gestão, pois não possuíam nenhuma representação nos seus conselhos e nem na direção executiva, eram indicados diretamente pelas patrocinadoras e governo do Estado.

A direção do SINDÁGUA, Acoprevi e Deapes se reuniram nesta semana na Copasa com os diretores de Gestão Corporativa, Francisco Cançado, e o diretor financeiro, Edison Machado, que confirmaram o posicionamento exarado na decisão judicial, que os participantes não podem ser responsabilizados pelos erros da má gestão, em desacordo com os padrões Legais de conduta, não tendo sequer representantes dos trabalhadores em conselhos de administração ou fiscal, que eram definidos pela patrocinador e o governo de Minas.

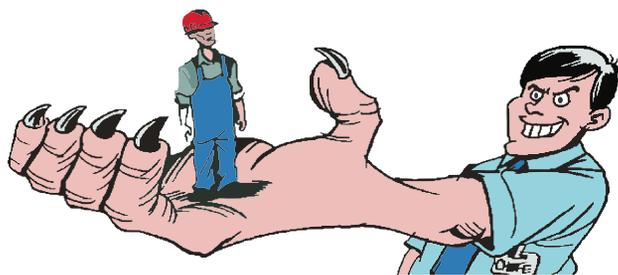
Copasa cria comissão para executar trabalhador

CP-29. Este é mais um documento para colocar na triste história da Copasa, que cria uma “Comissão Processante” para punir “crimes” futuras, como uma espécie de

tribunal daqueles que funcionavam no regime nazista para punir que não se enquadrava ao seu gosto.

Composta por cinco empregados julgadores (superintendente de Recursos Humanos, gerente, advogado, “empregado” na auditoria e mais um “empregado que tenha conhecimento dos fatos” indicado por presidente da comissão), os integrantes desta comissão processante podem ficar marcados entre os trabalhadores como os carrascos escalados pela empresa para julgar e demitir companheiros por justa causa.

Não se pode admitir que estes funcionários a serem escalados possam ficar maculados, manchados por esta tarefa monstruosa de punir e ceifar empregos, ficando moralmente mal vistos pelos companheiros de



trabalho.

Pior ainda, a empresa cria um mecanismo de execução, entendendo à priori que motivações para punição possam efetivamente ocorrer. Em vez de ressuscitar mecanismos dignos da mais escrota ditadura, a empresa deveria investir nos trabalhadores, criar um clima estimulante para o trabalho e apostar que todos possamos adquirir um ambiente prospero, que norteie nosso compromisso e responsabilidade no trabalho.

Infeliz CP-29, símbolo de quem tem ainda a mente fincada no regime de exceção.

COPASA		COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA	Nº. 29	CP
			Tipo: EXECUÇÃO	Nº. 1
ASSUNTO: Execução Comissão Processante				
A Direção Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, e				
CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE:				
1. avaliar as condutas das indústrias administrativas;				
2. submeter às Direções na aplicação de penalidades;				
3. avaliar os processos para designação de empregados por porte novo;				
4. assegurar o cumprimento e a defesa aos empregados envolvidos.				
RESOLVE:				
1. criar a comissão processante, conforme informado abaixo, com a finalidade de avaliar as condutas dos empregados;				
- Superintendente de Recursos Humanos, que deverá atuar como coordenador da comissão;				
- um Gerente lotado na Superintendência de Recursos Humanos, a ser indicado pelo titular do unidade;				
- um empregado, lotado na Auditoria, a ser indicado pelo titular do unidade;				
- um advogado, lotado na Procuradoria Jurídica, a ser indicado pelo titular do unidade;				
- um empregado, que tenha conhecimento dos fatos objeto do processo, a ser indicado pelo coordenador da Comissão;				
2. caso haja necessidade, a Comissão poderá solicitar informações ou participação de empregados de qualquer unidade da Empresa;				
3. que o Coordenador da Comissão convocará, quando necessário, os membros que irão compor a comissão para a condução do seu processo;				
4. este comunicado entre em vigor a partir da data de sua assinatura.				
 Adilson César Pires de Oliveira Diretor Vice-Presidente no exercício da Presidência da COPASA MG				
<small>Este documento constitui parte integrante do processo administrativo e não pode ser usado para fins distintos dos que lhe foram atribuídos. Qualquer reprodução total ou parcial, sem a autorização expressa da COPASA, constitui infração penal e civil, podendo resultar em sanções administrativas, civis e criminais.</small>				

TRIBUNAL SUSPENDE NOVAMENTE LICITAÇÃO QUE PRIVATIZA SERVIÇOS DE SANEAMENTO EM UBÁ

No momento em que o País vive uma crise institucional tendo a corrupção como pano de fundo arraigada na relação com empresas privadas, o prefeito de Ubá, Edvaldo Baião Balbino forçou uma licitação irregular para privatizar os serviços de saneamento.

Passando por cima de uma suspensão de edital em decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), o prefeito reeditou o mesmo edital, com os mesmos erros do anterior suspenso, e confirmou a licitação para o último dia 30 de março. Por coincidência uma única empresa, Águas do Brasil (Cowan – Carioca Engenharia), apresentou proposta na licitação, lembrando-se que esta é a mesma empresa que assumiu os serviços de saneamento no município de Pará de Minas.



é a mesma que se apropriou dos serviços de águas de Pará de Minas com um preço baixo na concorrência, mas que já fez três solicitações de reajuste de tarifa. O engodo de resolver problemas enfrentados pela população durante a crise hídrica continua com a mesma gravidade com

Ministério Público e em todas as instâncias de defesa dos direitos coletivos.

Tribunal suspende processo

Nova decisão liminar do Tribunal de Contas suspendeu a licitação realizada no dia 30. Na liminar o TCE “reconheceu que, em virtudes da anulação do edital da Concorrência nº 11/15, a Representação teria perdido o seu objeto, razão pela qual foi determinada a suspensão do processo sem resolução do mérito”. A nova suspensão cautelar determina aos responsáveis “absterem-se de praticar ato, até pronunciamento definitivo do Tribunal acerca da matéria sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00”. Foi fixado prazo de cinco dias para o prefeito de Ubá e o presidente da Comissão de Licitação comprovarem a adoção de medida ordenada através de publicação do ato de suspensão em diário oficial e em jornal de grande circulação, sob pena de multa de R\$ 5.000,00.



Mobilização do Sindágua

A direção do SINDÁGUA fez uma grande mobilização em Ubá, dentro do prédio da Prefeitura, denunciando o entreguismo do prefeito Vadinho Baião (PT), que tira do Estado a responsabilidade pelos serviços essenciais de saneamento, entregando ao interesse do capital privado. O presidente do Sindicato, José Maria dos Santos, acusou os participantes da licitação de estarem construindo mais uma “privataria”, onde o objetivo do lucro fácil supera qualquer compromisso social com a universalização do saneamento. Zé Maria lembrou que esta empresa que se apresenta em Ubá

a nova empresa em Pará de Minas.

Dirigentes do Sindágua e trabalhadores manifestaram durante toda a tarde dentro e na porta da prefeitura. O prefeito Vadinho Baião, que assumiu o absurdo gesto de privatizar um serviço essencial para o povo não se dignou em aparecer na sala onde o evento ocorria, preferindo se esconder em seu gabinete confortável.

Zé Maria alertou a todos que a entrega de propostas de uma única empresa evidenciava que foram colocadas condições no edital que alijava outros concorrentes e o Sindicato não iria arrear pé, denunciando todas as irregularidades no

